

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL DO PIAUÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE / DEFESA CIVIL MUNICIPAL
PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS –
PPCIF DE ANGICAL DO PIAUÍ



Angical do Piauí – PI

Junho - 2026

IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Plano Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – PPCIF do Município de Angical do Piauí, Estado do Piauí.

Órgão responsável pela coordenação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em articulação com a Defesa Civil Municipal e demais órgãos integrantes da gestão municipal.

Área de abrangência: todo o território municipal, incluindo a sede urbana, comunidades rurais, propriedades, áreas públicas, vias municipais, faixa de influência da BR-343 no interior do município, áreas de vegetação nativa, áreas produtivas e zonas de interface rural-urbana.

Periodicidade de atualização: revisão ordinária a cada dois anos, com possibilidade de atualização extraordinária sempre que houver alteração normativa, mudança significativa no cenário de risco, ocorrência de evento severo ou reorganização da estrutura municipal de resposta.

Vigência de referência: biênio compreendido entre junho de 2026 e junho de 2028, com revisão ordinária ao final do período.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	5
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO RISCO	6
3 OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA.....	8
4 BASE LEGAL E INSTITUCIONAL	9
5 METODOLOGIA E BASE CARTOGRÁFICA	10
6 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO	12
7 DIAGNÓSTICO E MAPA DE RISCO DE INCÊNDIOS	15
8 GOVERNANÇA MUNICIPAL	19
9 PLANO DE PREVENÇÃO.....	20
10 PLANO DE CAPACITAÇÃO E PREPARAÇÃO	22
11 INVENTÁRIO DE RECURSOS E LOGÍSTICA.....	24
12 MONITORAMENTO, ALERTA E COMUNICAÇÃO	27
13 PLANO DE RESPOSTA.....	28
14 MONITORAMENTO PÓS-EVENTO E RECUPERAÇÃO.....	29
15 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	31
16 CRONOGRAMA ANUAL DE AÇÕES	33
17 FICHAS OPERACIONAIS POR SETOR.....	34
S1 – Noroeste	35
S2 – Centro-Oeste	36
S3 – Nordeste	37
S4 – Sudoeste.....	38

S5 – Centro-Sul.....	39
S6 – Sudeste.....	40
18 INSTRUMENTOS OPERACIONAIS COMPLEMENTARES	41
18.1 Minuta de Decreto Municipal.....	41
18.2 Registro de Ocorrência de Incêndio Florestal	42
18.3 Checklist de vistoria preventiva.....	42
18.4 Modelo de relatório anual consolidado.....	43
19 AVALIAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA	43
20 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E INSTITUCIONAIS	44
21 ASSINATURAS.....	45

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – PPCIF de Angical do Piauí é o instrumento municipal destinado a organizar, integrar e orientar as ações de prevenção, preparação, resposta e monitoramento pós-evento relacionadas aos incêndios florestais e às queimadas irregulares no território do município. O Plano parte do reconhecimento de que o fogo, quando utilizado de forma inadequada ou quando se propaga sem controle, produz impactos sobre a vegetação, o solo, a fauna, a saúde da população, a infraestrutura rural, a mobilidade local e a segurança das comunidades.

Angical do Piauí apresenta condições territoriais que exigem planejamento específico. O município integra o Território de Desenvolvimento Entre Rios, possui 222,023 km² de área e população de 6.827 habitantes (Censo IBGE 2022), com densidade demográfica de 30,75 hab/km². Esse padrão de ocupação rural dispersa, somado à sazonalidade climática do semiárido e à existência de interfaces entre moradias, áreas produtivas, vegetação nativa de transição, com áreas de caatinga, cerrado e babaçuais e vias de circulação — com destaque para a rodovia BR-343, que atravessa o território municipal —, amplia a necessidade de uma estrutura organizada de prevenção e resposta. Nesse contexto, o PPCIF atua como ferramenta de gestão pública e de proteção territorial, permitindo que o Município organize responsabilidades, rotinas, prioridades e recursos antes da ocorrência de eventos críticos.

O Plano não se limita ao momento do combate. Sua lógica principal é preventiva e operacional. Ele orienta como reduzir a possibilidade de ignição, como preparar equipes e comunidades, como registrar e monitorar situações de risco, como classificar a gravidade de ocorrências, como acionar recursos, como proteger vidas e bens, e como avaliar os danos após a passagem do fogo. A prevenção é, portanto, tratada como eixo central, enquanto a resposta é organizada de forma escalonada e segura.

A implementação do PPCIF demanda atuação coordenada entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Defesa Civil Municipal, as secretarias de Agricultura, Obras, Saúde, Educação e Comunicação, além de lideranças comunitárias, produtores, escolas, associações e parceiros estaduais. Essa integração é indispensável porque os incêndios

florestais não são apenas eventos ambientais: também são eventos de defesa civil, saúde pública, segurança rural e gestão territorial.

O presente documento foi estruturado com abrangência municipal e contempla diagnóstico territorial, mapas temáticos, matriz de risco, estrutura de governança, protocolos operacionais, inventário de recursos, plano de prevenção, plano de capacitação, plano de resposta, cronograma anual, indicadores, instrumentos de registro e diretrizes de monitoramento pós-evento. Sua atualização deverá ocorrer a cada dois anos, sem prejuízo de ajustes extraordinários sempre que a realidade do município exigir revisão imediata. Ainda, registra a dimensão estratégica do PPCIF: conhecer o território, interpretar riscos e tomar decisões antes que o fogo se torne uma emergência. A leitura espacial, associada à governança e à preparação de equipes, constitui o ponto de partida para um plano efetivo. Na prática, a apresentação do PPCIF deve ser compreendida como a formalização de um compromisso municipal com a prevenção, a proteção ambiental, a segurança da população e a melhoria contínua da capacidade de resposta. O Plano oferece diretrizes, mas sua efetividade dependerá da execução anual das ações previstas e da participação ativa dos atores locais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO RISCO

Os incêndios florestais no semiárido piauiense estão diretamente associados à interação entre clima, vegetação, uso do solo e comportamento humano. Durante o período chuvoso, a vegetação e as áreas de produção acumulam biomassa. Com a chegada do período seco, essa biomassa perde umidade e passa a constituir material combustível disponível. Em condições de calor, baixa umidade relativa do ar e vento, pequenos focos podem se transformar em ocorrências de maior proporção em curto intervalo de tempo.

No território de Angical do Piauí, o risco deve ser analisado de forma territorializada. A sede urbana, as propriedades rurais, os roçados, as áreas de pastagem, as formações de vegetação nativa, os caminhos vicinais e a BR-343 - eixo federal que atravessa o município no sentido norte-sul, ligando a região de Teresina e Água Branca a Amarante e Floriano, compõem um mosaico no qual a ação humana e a paisagem natural se encontram. Esse

encontro gera pontos de atenção, especialmente nas bordas de comunidades, nas margens de vias e nas áreas onde o uso do fogo ainda pode ser culturalmente entendido como forma rápida de limpeza.

A ocorrência de incêndios florestais tem efeitos que ultrapassam a perda de vegetação. A fumaça pode agravar doenças respiratórias, reduzir a visibilidade em vias, comprometer deslocamentos, atingir escolas, unidades de saúde e residências, danificar cercas, currais, plantações e equipamentos, além de gerar riscos a brigadistas e moradores. Também podem ocorrer impactos sobre a fauna, exposição do solo, erosão, perda de matéria orgânica e redução da capacidade de regeneração natural.

Por essa razão, a gestão municipal deve atuar antes, durante e depois do evento. Antes, por meio de prevenção, educação ambiental, manejo do combustível, comunicação de risco e preparação logística. Durante, por meio de protocolos de acionamento, combate inicial seguro, proteção da população e integração com parceiros. Depois, por meio de rescaldo, registros, avaliação de danos, relatórios e ações de recuperação ambiental.

A criação de uma cultura local de prevenção é essencial. A população precisa saber o que deve evitar, como comunicar um foco, quais canais procurar, por que a queimada irregular representa risco coletivo e quais alternativas podem ser utilizadas para limpeza e manejo de áreas. A prevenção de incêndios florestais não depende apenas de equipamentos; depende também de conhecimento, participação social e confiança na rede municipal de resposta. A educação ambiental em escolas e comunidades é uma das ferramentas mais eficientes para alterar comportamentos de risco. Quando estudantes, professores e famílias compreendem os efeitos do fogo, tornam-se multiplicadores das orientações preventivas e contribuem para reduzir ignições causadas por imprudência ou desconhecimento. A abordagem comunitária deve considerar linguagem simples, exemplos locais e materiais visuais. Em vez de campanhas genéricas, o Município deve relacionar o risco ao cotidiano da população: proteção da casa, preservação da produção, cuidado com a saúde, preservação da água e segurança de deslocamento.

3. OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA

O objetivo geral do PPCIF é estabelecer um sistema municipal integrado de prevenção, preparação, resposta e monitoramento pós-evento, capaz de reduzir a ocorrência, a propagação e os impactos dos incêndios florestais e das queimadas irregulares em Angical do Piauí.

- Diagnosticar as áreas de maior suscetibilidade ao fogo no território municipal, considerando a sede, a BR-343, as áreas rurais e as zonas de interface entre ocupação humana e vegetação;
- Elaborar mapas temáticos de apoio à gestão do risco, incluindo limite municipal, localização da sede, traçado da BR-343, setorização operacional, zoneamento qualitativo de risco, áreas prioritárias e pontos de apoio;
- Definir estrutura de governança municipal com responsabilidades claras para coordenação geral, coordenação operacional, comunicação, prevenção, saúde, obras, educação e apoio comunitário;
- Estabelecer protocolos de monitoramento, comunicação, acionamento, combate inicial, rescaldo, registro de ocorrência e avaliação pós-evento;
- Inventariar recursos humanos, equipamentos, veículos, máquinas, pontos hídricos e estruturas de apoio necessárias à prevenção e à resposta;
- Organizar programa de prevenção, capacitação, educação ambiental, manejo preventivo e orientação a produtores e comunidades;
- Definir plano de resposta por níveis de gravidade, assegurando critérios para escalonamento da atuação municipal e solicitação de apoio externo;
- Criar indicadores, metas e cronograma anual de ações, permitindo acompanhamento e atualização periódica do PPCIF.

A abrangência do PPCIF é municipal. Isso significa que suas diretrizes se aplicam à sede urbana, às comunidades rurais, às propriedades privadas, às áreas públicas, às faixas de circulação, às áreas de vegetação nativa, às zonas produtivas e aos setores operacionais definidos neste documento. A existência de propriedade privada não exclui a necessidade de prevenção, comunicação e orientação, pois o fogo não respeita limites fundiários e pode

ultrapassar cercas, estradas e divisões administrativas. O Plano também deve ser utilizado como base para articulação com órgãos estaduais e federais. Quando a ocorrência superar a capacidade municipal, os registros, mapas e protocolos aqui previstos facilitarão a solicitação de apoio, a comunicação entre instituições e a definição de prioridades de proteção.

4. BASE LEGAL E INSTITUCIONAL

O PPCIF está alinhado à obrigação do poder público de proteger o meio ambiente, prevenir riscos e atuar de forma integrada em situações que possam comprometer a segurança da população. A Constituição Federal, a Política Nacional do Meio Ambiente, o Código Florestal, a Lei de Crimes Ambientais, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo formam a base normativa nacional para a prevenção e a resposta a incêndios florestais.

No plano estadual, as diretrizes do PAIF-PI orientam a organização das ações integradas de prevenção, controle e combate aos incêndios florestais no Piauí. Para o município, esse referencial é importante porque permite compatibilizar as ações locais com as fases estaduais de planejamento, preparação e resposta, criando uma linguagem comum entre a gestão municipal e os órgãos estaduais.

O instrumento legal de aprovação municipal é indispensável para conferir validade administrativa ao Plano. Recomenda-se que o Município aprove o PPCIF por decreto ou portaria, com publicação em Diário Oficial, estabelecendo a coordenação responsável, a periodicidade de atualização, a criação ou designação de comitê municipal e a obrigação de elaborar relatório anual de execução. No âmbito estadual, destaca-se ainda o Decreto nº 24.288, de 29 de dezembro de 2025, que regulamenta a certificação do Selo Ambiental para fins do ICMS Ecológico e, em seu Anexo I, item D.3, exige plano completo de abrangência municipal, contemplando os eixos de prevenção, preparação, resposta e monitoramento pós-evento, com diagnóstico e mapa de risco, estrutura de governança, protocolos operacionais, inventário de recursos, planos de prevenção, capacitação e resposta, cronograma anual de ações, atualização bienal e assinatura da autoridade

responsável e do coordenador do PPCIF - requisitos integralmente contemplados na estrutura deste documento.

Esfera	Instrumento	Aplicação ao PPCIF
Federal	Constituição Federal de 1988	Fundamenta o dever público de proteção ambiental, defesa da vida e preservação de recursos naturais.
Federal	Lei nº 6.938/1981	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente e orienta a ação preventiva do poder público.
Federal	Lei nº 9.605/1998	Define sanções penais e administrativas relacionadas a condutas lesivas ao meio ambiente.
Federal	Lei nº 12.651/2012	Estabelece regras de proteção da vegetação nativa e áreas especialmente protegidas.
Federal	Lei nº 12.608/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, aplicável à gestão de riscos.
Federal	Lei nº 14.944/2024	Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.
Estadual	Decreto Estadual nº 24.513/2026	Regulamenta o PAIF-PI e orienta as fases operacionais de prevenção e resposta.
Municipal	Decreto ou portaria de aprovação	Formaliza o PPCIF, define responsáveis e estabelece revisão periódica.

Tabela 1 – Instrumentos legais e normativos de referência

A base legal deve ser apresentada de forma objetiva ao longo das capacitações, especialmente para esclarecer que a prevenção não é apenas recomendação técnica, mas dever compartilhado entre poder público e sociedade. O conhecimento das responsabilidades e das possíveis sanções contribui para reduzir práticas de risco, principalmente em áreas onde a queimada ainda é utilizada como método de limpeza.

A governança legal do PPCIF também deve prever registro e rastreabilidade. Cada ocorrência, reunião, capacitação, vistoria ou ação preventiva deve gerar evidência mínima, como lista de presença, relatório, fotografia, ofício, formulário ou planilha. Essa documentação fortalece a prestação de contas e comprova a execução das ações perante órgãos de controle e instituições ambientais.

5. METODOLOGIA E BASE CARTOGRÁFICA

A metodologia adotada integra análise documental, leitura territorial, organização operacional e produção cartográfica. A delimitação municipal foi utilizada como base para

todos os mapas. A delimitação e a localização da sede urbana adotam como referência a malha municipal oficial do IBGE (código do município: 2200608), e o traçado da BR-343 foi representado de forma indicativa, orientado pela posição da sede e pelo corredor oficial da rodovia entre Água Branca e Amarante, que atravessa o município, evitando a inclusão de rodovias externas ao município como se fossem eixos internos; nas próximas revisões, recomenda-se o ajuste fino do eixo à base rodoviária georreferenciada do DNIT.

A representação da BR-343 é importante porque esse eixo atua como referência territorial para circulação, orientação de equipes, priorização de sinalização e monitoramento de margens. Entretanto, o Plano não atribui à BR-343 a condição de único fator de risco. Ela é um componente da análise, somado à sede urbana, às comunidades, às áreas rurais, aos usos produtivos e à continuidade da vegetação. O zoneamento qualitativo de risco foi elaborado a partir de critérios operacionais. Foram considerados proximidade da sede, influência do corredor da BR-343, setores com maior continuidade de vegetação, distâncias em relação à base principal, potencial de ignição antrópica e dificuldade relativa de resposta. Esse método é adequado para um plano municipal inicial, pois permite tomada de decisão mesmo quando o banco histórico de ocorrências ainda está em consolidação.

Os mapas devem ser interpretados como instrumentos de gestão, e não como produtos estáticos. A cada ciclo anual, o Município deverá incorporar novos registros de focos, ocorrências atendidas, áreas queimadas, pontos de água validados, condições de acesso, disponibilidade de equipamentos e informações fornecidas por comunidades. Com isso, o PPCIF tende a ganhar precisão ao longo do tempo. O uso de base cartográfica confiável reduz erros de planejamento. A adoção da malha municipal oficial do IBGE, da localização real da sede e do eixo indicativo da BR-343 no interior de Angical do Piauí melhora a coerência dos mapas e permite que as ações preventivas sejam planejadas com maior aderência à realidade local.

Em futuras atualizações, recomenda-se a incorporação de bases adicionais, como comunidades rurais, escolas, unidades de saúde, pontos de abastecimento de água, limites de propriedades públicas, áreas de vegetação contínua e registros georreferenciados de

ocorrências. A integração desses dados permitirá a construção de mapas cada vez mais precisos.

6. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Angical do Piauí localiza-se na mesorregião Centro-Norte Piauiense, integrando o Território de Desenvolvimento Entre Rios, e possui área territorial de 222,023 km² (IBGE, 2025). A população municipal é de 6.827 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022, com estimativa de 6.991 habitantes para 2025 e densidade demográfica de 30,75 hab/km² - indicador que evidencia ocupação marcada por relação direta com o meio rural. A sede urbana concentra serviços e equipamentos administrativos, mas a gestão do risco de incêndios depende da compreensão de todo o território municipal. Comunidades, propriedades e áreas produtivas dispersas demandam comunicação eficiente e estratégia de resposta setorizada.

O contexto ambiental é caracterizado por vegetação de transição, com áreas de caatinga, de cerrado e presença de babaçuais característicos da mata dos cocais, e por sazonalidade climática compatível com o semiárido. A concentração das chuvas em parte do ano e o prolongamento do período seco alteram a disponibilidade de material combustível e elevam a suscetibilidade ao fogo. Esse comportamento justifica a adoção de fases operacionais no cronograma anual do PPCIF.

No uso e ocupação do solo, observam-se áreas de vegetação nativa, espaços produtivos, roçados, pastagens, residências rurais, cercas, caminhos e eixos de circulação. A BR-343 constitui a principal referência viária do município, atravessando o território no sentido norte-sul e conectando a sede, em uma direção, ao eixo de Água Branca e da capital Teresina e, na outra, a Amarante e à região de Floriano, tratando-se de rodovia federal sob manutenção do DNIT. A sede urbana, situada aproximadamente nas coordenadas 6°05'00"S e 42°44'00"O (aproximadamente), deve ser tratada como base principal de coordenação e como uma das áreas prioritárias de proteção.

A caracterização territorial também evidencia a importância de pontos de apoio. Ainda que o território municipal tenha porte médio, a dispersão das comunidades rurais faz com que

SETORIZAÇÃO OPERACIONAL DO PPCIF

Sectores S1 a S6 para planejamento, prevenção e resposta - Angical do Piauí/PI

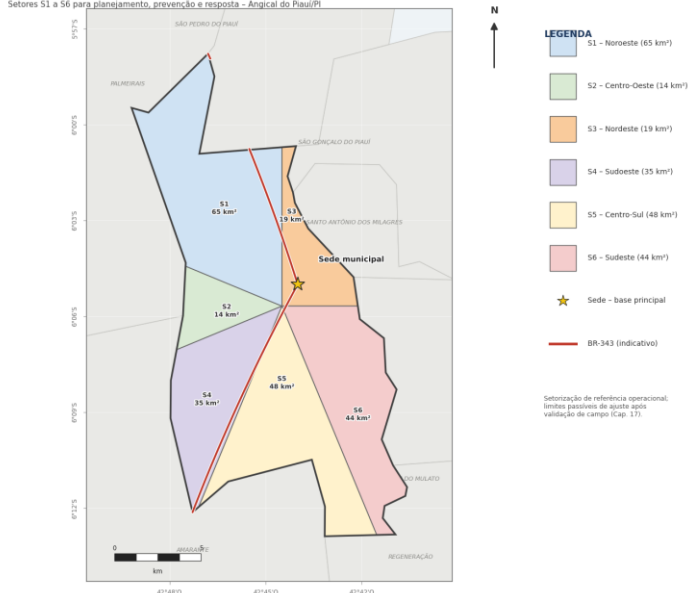


Figura 2 – Setorialização operacional proposta para planejamento, prevenção e resposta.

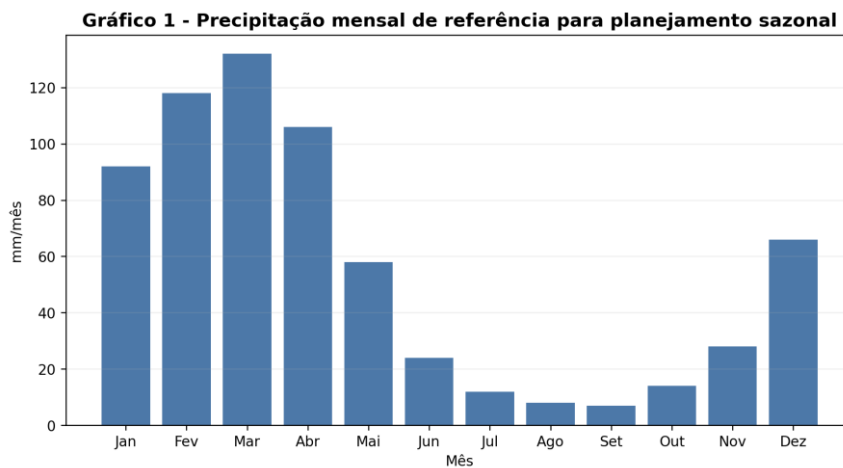


Gráfico 1 – Precipitação mensal de referência para planejamento sazonal do PPCIF.

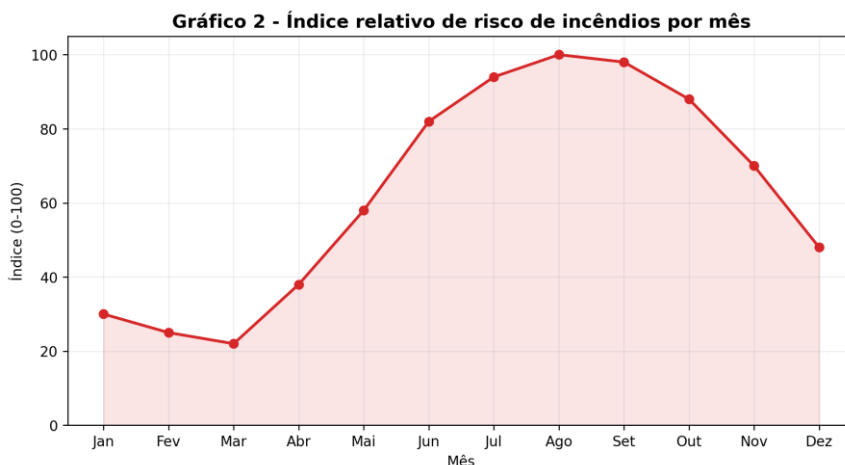


Gráfico 2 – Índice relativo de risco de incêndios por mês.

A compreensão do território é o ponto de partida para a prevenção. Áreas produtivas devem receber orientação sobre alternativas ao uso do fogo, enquanto áreas próximas a moradias exigem cuidados com acúmulo de material combustível e faixas limpas. O conjunto dessas medidas deve ser adequado a cada setor operacional. Na gestão anual, a caracterização territorial deve ser revisada sempre que houver novas informações sobre comunidades, abertura ou interrupção de acessos, implantação de novas estruturas públicas, identificação de pontos hídricos ou ocorrência de incêndios relevantes.

7. DIAGNÓSTICO E MAPA DE RISCO DE INCÊNDIOS

O diagnóstico municipal de risco considera que os incêndios florestais resultam da combinação entre ignição, combustível, condições climáticas e capacidade de resposta. Em Angical do Piauí, as ignições mais prováveis estão associadas a atividades humanas, como queima para limpeza de áreas, manejo agropecuário inadequado, descarte ou queima de resíduos, uso de fogo em margens de vias e condutas imprudentes durante o período seco.

A presença da BR-343 no interior do município demanda atenção preventiva. Corredores viários podem concentrar fontes de ignição, seja por descarte de material aceso, circulação de pessoas, manutenção inadequada de margens ou proximidade com áreas de vegetação

seca. Por isso, o Plano recomenda sinalização preventiva, monitoramento, roçagem seletiva e comunicação direcionada aos usuários e moradores próximos.

A sede urbana e seu entorno também constituem área prioritária. A interface rural-urbana pode expor residências, escolas, unidades de saúde e equipamentos públicos à fumaça, calor e risco de aproximação do fogo. As medidas de prevenção nesse contexto envolvem limpeza de terrenos, orientação aos moradores, aceiros simples, eliminação de resíduos combustíveis e atenção às áreas com vegetação contínua no entorno.

A análise qualitativa do risco permite classificar o território em áreas de baixo, médio, alto, muito alto e crítico risco relativo. Essa classificação não deve ser interpretada como julgamento definitivo, mas como guia para priorização de ações. Setores de maior risco devem receber mais vistorias, mais campanhas, mais pontos de apoio e maior atenção no período seco. O banco de dados municipal de ocorrências deve ser continuamente construído. Cada foco confirmado, mesmo que pequeno, deve ser registrado com coordenadas, fotos, causa provável, área estimada, recursos mobilizados e danos observados. Esse histórico permitirá revisar o mapa de risco com base em evidências reais e não apenas em critérios qualitativos.

Atributo	Efeito sobre o risco	Implicação para o PPCIF
Período seco prolongado	Reduz a umidade do combustível vegetal e aumenta a facilidade de propagação.	Intensificar monitoramento, comunicação e prontidão a partir da fase amarela.
Proximidade da sede urbana	Aumenta a exposição de pessoas, moradias e equipamentos públicos.	Priorizar faixas limpas, campanhas e fiscalização preventiva.
Traçado da BR-343	Amplia a interface entre circulação, margem de via e áreas rurais.	Executar sinalização, roçagem seletiva e vigilância.
Vegetação contínua	Favorece propagação rápida e maior área atingida.	Setorizar o monitoramento e manter pontos de apoio.
Acessos vicinais	Podem facilitar resposta, mas também concentrar ignições.	Mapear condições de tráfego e orientar usuários.
Pontos hídricos limitados	Pode dificultar combate e rescaldo.	Validar reservatórios, cisternas e locais de recarga.

Tabela 3 – Atributos territoriais e relação com o risco de incêndios

Setor	Caracterização operacional	Prioridade
S1 – Noroeste	Área rural com necessidade de comunicação comunitária e vistoria preventiva.	Média
S2 – Centro-Oeste	Setor de transição com influência da sede e proximidade da divisa com Palmeirais.	Alta
S3 – Nordeste	Setor com maior necessidade de vigilância por continuidade de vegetação e distância operacional.	Muito alta
S4 – Sudoeste	Área rural produtiva com necessidade de orientação sobre uso do fogo e aceiros.	Média
S5 – Centro-Sul	Faixa de transição com propriedades dispersas e risco de propagação local.	Alta
S6 – Sudeste	Setor prioritário para apoio hídrico, vigilância e resposta.	Muito alta

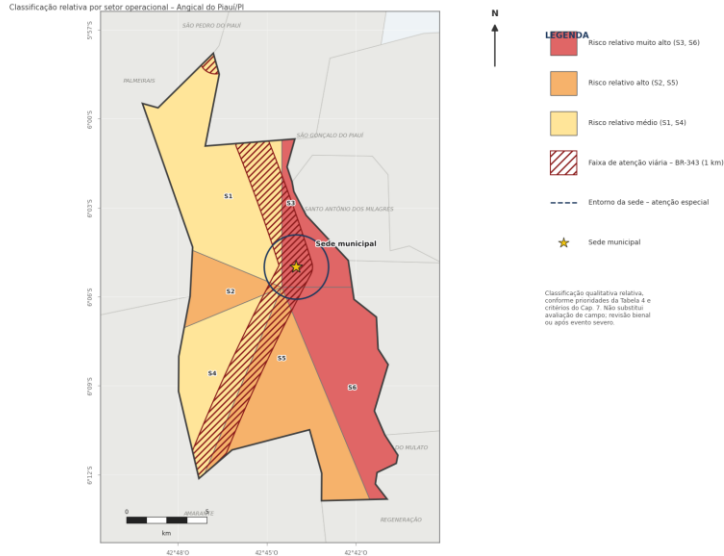
Tabela 4 – Setores operacionais e prioridades de gestão

Probabilidade / Consequência	Baixa	Média	Alta
Baixa	Baixo	Baixo	Médio
Média	Baixo	Médio	Alto
Alta	Médio	Alto	Muito alto

Tabela 5 – Matriz qualitativa de risco

ZONEAMENTO QUALITATIVO DE RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Classificação relativa por setor operacional – Angical do Piauí/PI



Fonte: elaborado a partir da Malha Municipal Digital do BGE - Angical do Piauí/PI (coord. 220000E, 980000N, SRGAS 2000).
Traçado da BR-343 indicativo e pontos operacionais propostos, sujeitos a validação em campo e às bases oficiais do DNIT/DER-PI.

Figura 3 – Zoneamento qualitativo de risco de incêndios florestais no município.

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE PREVENÇÃO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO

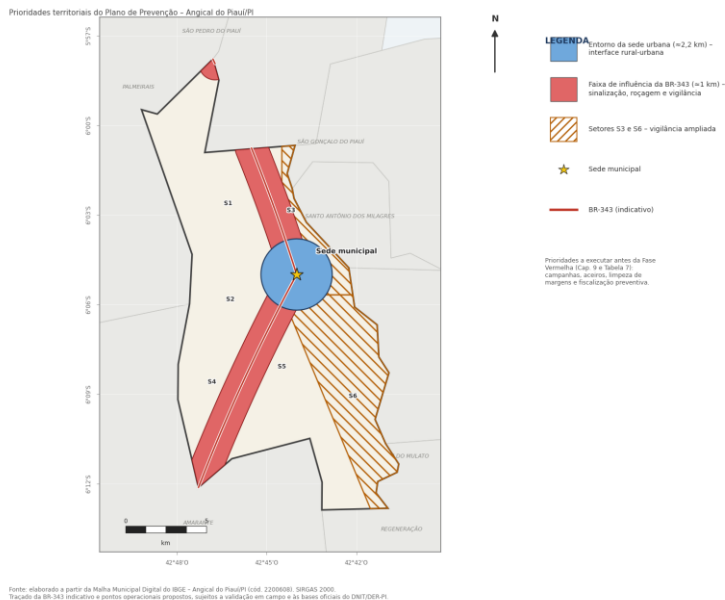


Figura 4 – Áreas prioritárias para prevenção, vigilância, orientação e fiscalização.

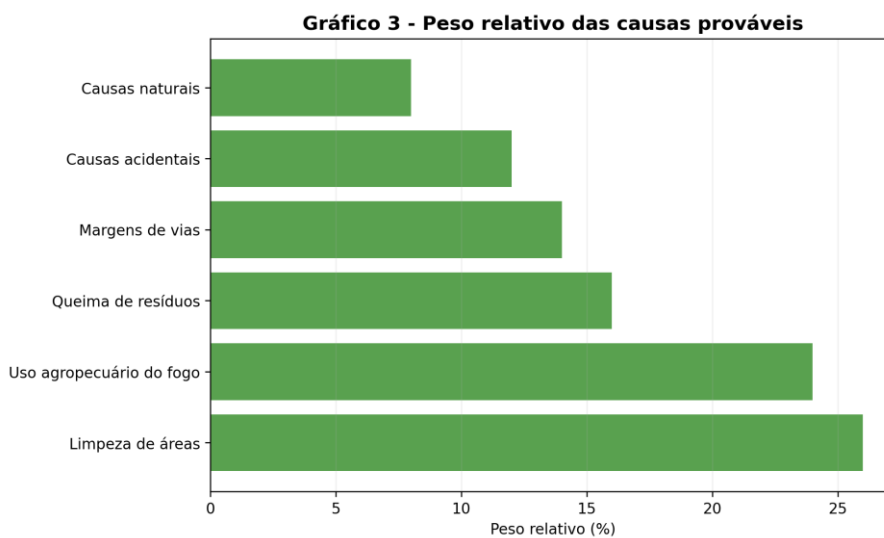


Gráfico 3 – Peso relativo das causas prováveis de incêndios no cenário municipal.

O uso de tecnologias simples, como drone, GPS, mapas impressos, aplicativos e formulários padronizados, amplia a qualidade do diagnóstico e ajuda a converter informações de campo em decisões de gestão. A vistoria pós-evento também integra o diagnóstico. Um incêndio ocorrido deve ser tratado como fonte de aprendizado. A localização, as causas prováveis e os danos registrados permitem refinar o mapa e orientar novas ações preventivas no setor afetado.

8. GOVERNANÇA MUNICIPAL

A governança do PPCIF deve ser objetiva, permanente e compatível com a realidade administrativa de Angical do Piauí. A coordenação geral deve estar vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com articulação direta com a Defesa Civil Municipal. Essa coordenação deve convocar reuniões, organizar o cronograma, atualizar contatos, consolidar registros e promover a revisão periódica do Plano.

Além da coordenação geral, o PPCIF deve contar com estrutura intersetorial. As secretarias de Agricultura, Obras, Saúde, Educação e Comunicação devem atuar conforme suas competências, pois a prevenção e a resposta aos incêndios florestais envolvem orientação a produtores, manejo de vias, proteção de pessoas, comunicação pública e educação ambiental. O Comitê Municipal do PPCIF, quando formalizado, deve funcionar como instância de acompanhamento, planejamento e avaliação. Suas reuniões devem ocorrer, pelo menos, antes da fase crítica e após a temporada de maior risco. Em caso de emergência, o comitê ou parte dele pode compor sala de situação municipal para tomada de decisão rápida.

A governança também deve incorporar a sociedade. Lideranças comunitárias, produtores rurais, professores, agentes comunitários e representantes de associações podem atuar como pontos de alerta e multiplicadores de informação. A capacidade de resposta municipal aumenta quando a população sabe a quem avisar e entende como reduzir o risco em seu entorno.

Instituição/Setor	Atribuições principais
Prefeitura Municipal	Aprovar o Plano, garantir apoio institucional, articular recursos e formalizar parcerias.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Coordenar tecnicamente o PPCIF, realizar prevenção, monitoramento, relatórios e educação ambiental.
Defesa Civil Municipal	Apoiar acionamento, resposta, sala de situação, articulação emergencial e orientação à população.
Secretaria de Agricultura	Orientar produtores e apoiar alternativas ao uso do fogo.
Secretaria de Obras	Executar limpeza preventiva, manejo de margens, apoio com máquinas e manutenção de acessos.
Secretaria de Saúde	Organizar triagem, hidratação, atenção a problemas respiratórios e primeiros socorros.
Educação e Comunicação	Promover campanhas, materiais educativos, divulgação de alertas e mobilização social.
Parceiros externos	Apoiar capacitação, resposta ampliada, fiscalização e integração regional.

Tabela 6 – Atribuições institucionais no PPCIF

As reuniões técnicas devem registrar decisões, responsáveis e prazos. O excesso de informalidade dificulta a continuidade do Plano, especialmente quando há troca de gestores ou equipes. Por isso, atas, listas de presença, registros fotográficos e relatórios simples devem acompanhar as principais ações. A apresentação pública do PPCIF é uma etapa recomendada. Ela aumenta a transparência, fortalece a adesão comunitária e permite que a população compreenda que a prevenção é uma responsabilidade compartilhada. O diálogo com as comunidades também ajuda a identificar áreas de risco que nem sempre aparecem nos mapas.

9. PLANO DE PREVENÇÃO

O Plano de Prevenção é o eixo mais importante do PPCIF, pois busca evitar que a emergência ocorra ou reduzir sua intensidade quando ela ocorrer. Para Angical do Piauí, a prevenção deve ser contínua, territorializada e reforçada no período que antecede a fase mais seca do ano. As ações preventivas precisam combinar educação ambiental, comunicação, fiscalização, manejo de material combustível, sinalização, manutenção de acessos e orientação direta a comunidades e produtores.

A prevenção deve começar pelas áreas prioritárias. O entorno da sede, a faixa de influência da BR-343, as áreas com vegetação mais contínua e as comunidades com histórico de uso

do fogo devem receber vistorias e campanhas antes da fase vermelha. A lógica é atuar antes que a vegetação esteja no ponto máximo de secura. O manejo preventivo do combustível inclui roçagem seletiva, retirada de resíduos combustíveis, limpeza de margens, manutenção de aceiros, organização de lenha e materiais inflamáveis, separação segura entre construções e vegetação, e orientação para que pequenos produtores adotem alternativas ao fogo. Essas ações podem ser simples, mas possuem grande efeito quando realizadas no momento correto.

A sinalização preventiva é ferramenta de reforço permanente. Placas em pontos de circulação, comunidades e áreas de risco ajudam a lembrar que queimadas irregulares são perigosas, indicam canais de comunicação e orientam condutas. A sinalização deve ser acompanhada de campanhas, pois a placa sozinha não substitui o diálogo com a população.

A orientação aos produtores deve ser prática. O Município deve apresentar alternativas de limpeza manual, cobertura do solo, compostagem, aproveitamento de resíduos orgânicos, aceiros simples, organização de material combustível e comunicação prévia de qualquer situação de risco. A linguagem deve ser técnica, porém acessível, evitando abordagens que apenas proíbem sem oferecer caminhos viáveis.

Ação	Período prioritário	Responsáveis principais
Campanhas educativas em escolas e comunidades	Março a junho	Meio Ambiente, Educação e Comunicação.
Reuniões com produtores e lideranças	Abril a junho	Meio Ambiente, Agricultura e Defesa Civil.
Roçagem e limpeza de áreas críticas	Abril a julho	Obras, Meio Ambiente e parceiros locais.
Sinalização preventiva em pontos estratégicos	Abril a agosto	Meio Ambiente, Obras e Comunicação.
Fiscalização/orientação preventiva	Maio a dezembro	Fiscalização municipal e parceiros.
Divulgação de alertas e contatos	Maio a dezembro	Comunicação, Defesa Civil e rede comunitária.

Tabela 7 – Programa anual de prevenção

As principais frentes de prevenção: orientação rural, aceiros, manejo de margens, sinalização e organização do entorno de moradias. Cada ação deve ser vinculada a um responsável, a um prazo e a um setor territorial. Para assegurar continuidade, recomenda-se que as ações preventivas sejam incluídas no calendário anual da gestão municipal e que

cada atividade gere um registro mínimo. Esse registro pode ser uma ata, relatório simples, lista de presença, planilha de locais vistoriados ou registro fotográfico da intervenção realizada.

A prevenção deve ser monitorada por indicadores simples: número de comunidades atendidas, número de pessoas orientadas, quilômetros de margem manejada, quantidade de placas instaladas, número de vistorias realizadas, número de produtores visitados e quantidade de ocorrências registradas após as ações.

10. PLANO DE CAPACITAÇÃO E PREPARAÇÃO

O Plano de Capacitação e Preparação tem como finalidade qualificar pessoas e instituições antes da ocorrência dos incêndios. A capacitação deve abranger brigadistas, servidores municipais, motoristas, operadores de máquinas, agentes de saúde, professores, lideranças comunitárias e produtores rurais. Cada público possui papel específico dentro do sistema municipal de prevenção e resposta.

Brigadistas e equipes de campo devem receber treinamento prático em segurança, comportamento do fogo, leitura de vento, uso de EPIs, ferramentas manuais, bombas costais, comunicação por rádio, primeiros socorros, rescaldo e registro de ocorrência. Nenhuma operação de combate direto deve ser realizada por pessoas sem orientação mínima e sem equipamentos adequados. Servidores administrativos e gestores precisam compreender o fluxo de acionamento, a classificação de níveis, a logística de apoio, a organização de documentos e a comunicação institucional. Muitas falhas em emergências decorrem não da ausência de pessoas em campo, mas da falta de coordenação, registros e fluxo de informação.

Lideranças comunitárias e produtores devem ser capacitados para prevenção e alerta precoce. O objetivo não é transformá-los em equipe de combate, mas torná-los capazes de identificar riscos, evitar práticas perigosas, comunicar focos rapidamente e organizar medidas simples de proteção local. A preparação também envolve manutenção e checagem de recursos. Antes da fase vermelha, o Município deve verificar bombas, abafadores, ferramentas, rádios, veículos, pontos de água, fichas de contato, EPIs e formulários. Equipamentos sem manutenção podem gerar falsa sensação de prontidão.

Público-alvo	Conteúdo principal	Carga horária sugerida
Brigadistas e equipe de campo	Segurança, comportamento do fogo, ferramentas, combate inicial e rescaldo.	32 h
Servidores municipais	Fluxo do PPCIF, registros, logística e comunicação.	16 h
Produtores rurais	Prevenção, alternativas ao uso do fogo, aceiros e proteção de moradias.	12 h
Professores e multiplicadores	Educação ambiental e comunicação de risco.	8 h
Lideranças comunitárias	Alerta precoce, contatos e proteção local.	10 h
Saúde	Primeiros socorros, triagem, hidratação e manejo de agravos respiratórios.	8 h

Tabela 8 – Plano de capacitação

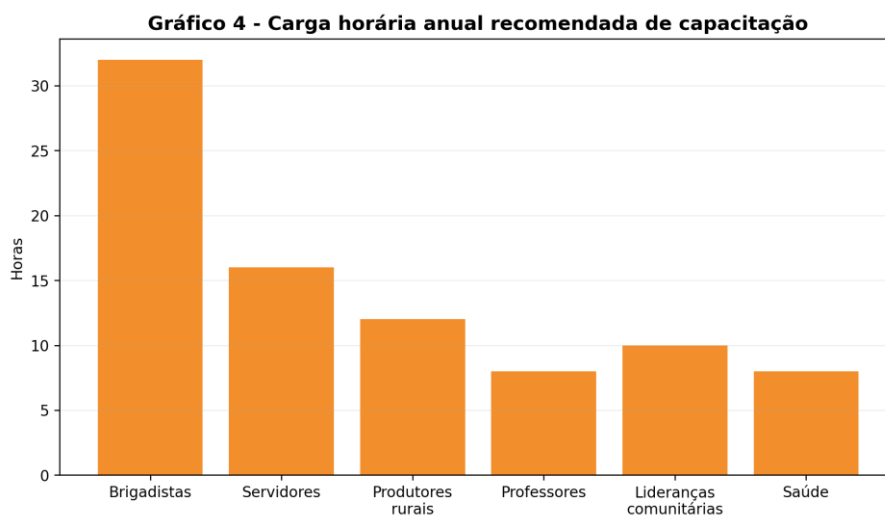


Gráfico 4 – Carga horária anual recomendada de capacitação por público-alvo.

A capacitação deve ser realizada preferencialmente antes da fase vermelha, permitindo que as equipes entrem no período crítico com procedimentos conhecidos. Simulados simples, exercícios de mesa e demonstrações práticas em campo são recomendados para fixar o conteúdo. O treinamento deve enfatizar limites de atuação. A proteção da vida é prioridade. Quando a ocorrência apresentar intensidade superior à capacidade municipal, a equipe local deve proteger pessoas, isolar a área, manter comunicação e solicitar reforço, evitando exposição desnecessária.

11. INVENTÁRIO DE RECURSOS E LOGÍSTICA

O inventário de recursos é a base material do PPCIF. Ele deve informar quais pessoas, equipamentos, veículos, máquinas, pontos de água e estruturas de apoio estão disponíveis, onde estão localizados, em que estado se encontram e quem é responsável por sua mobilização. Inventário desatualizado compromete a resposta e dificulta a tomada de decisão.

A logística municipal deve considerar a sede como base principal de coordenação, mas também deve reconhecer a necessidade de pontos de apoio setoriais. Em ocorrências distantes, o tempo de resposta pode ser decisivo. Bases de apoio simples, com água, comunicação, ferramentas, contatos e local de reunião, podem reduzir atrasos e aumentar a eficiência da operação. Pontos hídricos devem ser mapeados e validados em campo. Reservatórios, cisternas, poços, caixas d'água, barreiros ou outros locais de abastecimento precisam ser avaliados quanto ao acesso, volume disponível, sazonalidade, possibilidade de recarga de caminhão-pipa e segurança de uso durante emergências.

A logística também inclui alimentação, hidratação, combustível, manutenção, comunicação, primeiros socorros e registro de recursos utilizados. Um evento aparentemente pequeno pode se prolongar, especialmente se houver reinição. Por isso, a operação deve ser planejada para sustentar equipes em campo com segurança.

Categoria	Quantidade de referência	Observação operacional
Coordenação geral/técnica	2	Meio Ambiente e Defesa Civil.
Brigadistas/equipe de campo	8 a 16	Escalonável conforme disponibilidade municipal e fase do ano.
Motoristas e operadores	4	Apoio a veículos, máquinas e deslocamentos.
Apoio logístico/administrativo	4	Suporte a suprimentos, registros e comunicação.
Apoio à saúde	2 a 4	Triagem, hidratação, primeiros socorros e encaminhamentos.

Tabela 9 – Inventário mínimo de recursos humanos

Item	Quantidade mínima recomendada	Finalidade
Capacetes florestais	12	Proteção individual em campo.

Botas e luvas	12 pares	Proteção individual e segurança operacional.
Abafadores	10	Combate inicial em fogo de baixa intensidade.
Bombas costais	8	Supressão, apoio ao rescaldo e controle de pontos quentes.
Rádios comunicadores	2	Comunicação entre equipe, base e ponto focal.
Kit de primeiros socorros	2 a 4	Atendimento inicial em campo.
GPS/celular de campo	4 a 6	Registro de coordenadas e orientação operacional.

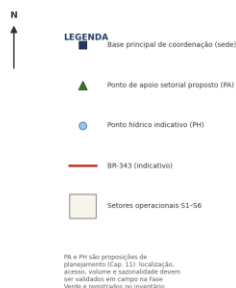
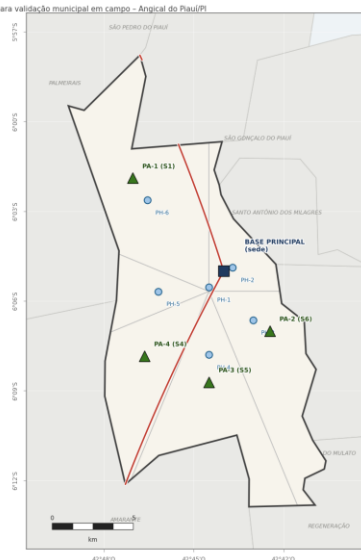
Tabela 10 – Equipamentos e EPIs recomendados

Recurso	Uso principal	Observação
Caminhonete ou SUV	Deslocamento rápido de equipe e equipamentos.	Prioritário para ataque inicial e vistorias.
Caminhão-pipa	Abastecimento hídrico e apoio ao rescaldo.	Deve ter rota e ponto de recarga definidos.
Trator, retroescavadeira ou motoniveladora	Aceiros, limpeza preventiva e apoio a acessos.	Uso planejado antes da fase crítica.
Ambulância ou veículo de saúde	Triagem, remoção e suporte à população.	Acionar conforme gravidade e exposição à fumaça.

Tabela 11 – Veículos, máquinas e meios de apoio

PONTOS DE APOIO OPERACIONAL E PONTOS HÍDRICOS PROPOSTOS

Rede indicativa para validação municipal em campo – Angical do Piauí/PI

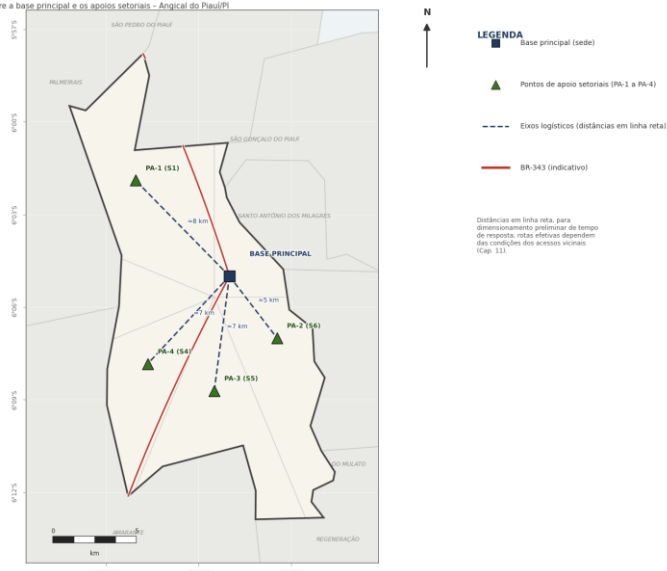


Fonte: elaborado a partir da Malha Municipal Digital do BGE – Angical do Piauí/PI (cód. 22090808). SURGAS 2000.
Traçado da BR-343 indicativo e pontos operacionais propostos, sujeitos à validação em campo e às bases oficiais do DNIT/DER-PI.

Figura 4 – Pontos de apoio operacional e pontos hídricos propostos para validação municipal.

REDE LOGÍSTICA SIMPLIFICADA DO PPCIF

Articulação entre a base principal e os apoios setoriais - Angical do Piauí/PI



Fonte: elaborado a partir da Malha Municipal Digital do BGE - Angical do Piauí/PI total. 22080600. SINGAS 2000. Traçado da BR-343 indicativo e pontos operacionais propostos, sujeitos a validação em campo e às bases oficiais do DNTER-PI.

Figura 5 – Rede logística simplificada entre a base sede e os apoios operacionais setoriais.

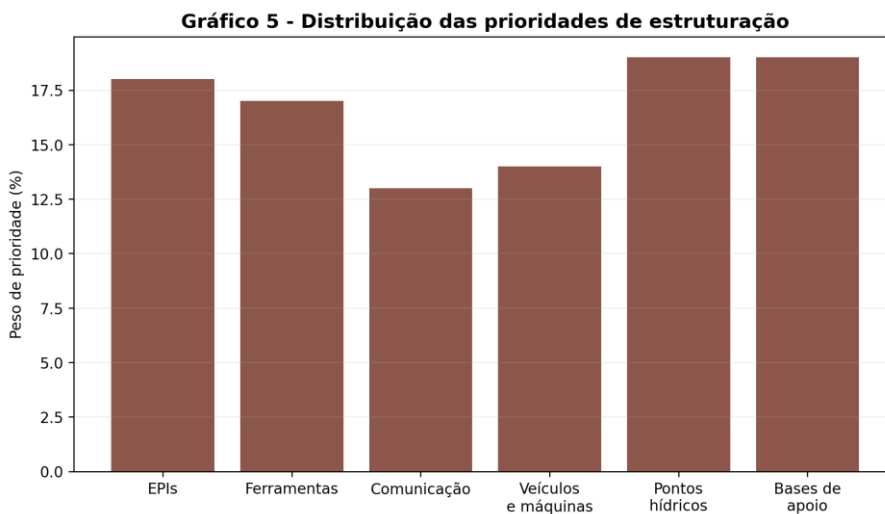


Gráfico 5 – Distribuição das prioridades de estruturação dos recursos do PPCIF.

Quanto a logística não é apenas disponibilidade de caminhão ou ferramenta. Ela envolve organização, manutenção, acesso, comunicação, abastecimento, segurança das equipes e clareza sobre quem aciona cada recurso. O inventário deve ser atualizado anualmente, preferencialmente na Fase Verde. Equipamentos sem condições de uso devem ser reparados ou substituídos antes da Fase Amarela. Recursos inexistentes devem ser listados como lacunas, permitindo que a gestão municipal planeje aquisições ou parcerias.

12 MONITORAMENTO, ALERTA E COMUNICAÇÃO

O monitoramento preventivo é atividade permanente do PPCIF, intensificada durante o período seco. Ele envolve a observação de condições meteorológicas, o acompanhamento de focos de calor, a verificação de informações comunitárias, a leitura de mapas de risco, a checagem de áreas prioritárias e o registro de qualquer indício de ignição.

A comunicação deve ter fluxo simples. A pessoa que identifica fumaça ou fogo comunica uma liderança ou canal municipal; o ponto focal registra a informação; a equipe confirma a ocorrência; o nível de gravidade é classificado; os recursos são acionados; e a resposta é acompanhada até o encerramento. Quanto mais claro for esse fluxo, menor será o tempo entre a detecção e a ação.

O Município deve divulgar contatos de referência antes e durante a fase crítica. A comunicação pode utilizar WhatsApp, rádio local, carro de som, redes sociais, escolas, agentes comunitários, associações e reuniões. O conteúdo deve ser objetivo: evitar queimadas, não descartar bitucas, não queimar lixo, comunicar fumaça e proteger pessoas vulneráveis da fumaça.

A comunicação operacional em campo deve priorizar mensagens curtas e padronizadas: local, coordenada ou ponto de referência, tipo de ocorrência, direção do vento, risco a pessoas, recursos necessários e ponto de acesso. A padronização evita ruído e melhora a segurança dos brigadistas.

Importante registrar a relação entre comunicação pública e comunicação operacional. A primeira busca alterar comportamentos e orientar a população; a segunda organiza a resposta e permite decisões seguras em campo. Sempre que possível, as mensagens de

alerta devem ser registradas. O histórico de alertas emitidos pode ser utilizado no relatório anual para demonstrar que o Município atuou preventivamente e para avaliar quais canais alcançaram maior resposta da comunidade.

13. PLANO DE RESPOSTA

O Plano de Resposta estabelece como o Município deve agir diante de ocorrência confirmada. O princípio central é a proteção da vida. A segurança das equipes e da população deve prevalecer sobre qualquer tentativa de combate direto. Se a ocorrência exceder a capacidade local, a estratégia deve mudar para isolamento, comunicação, proteção de estruturas e solicitação de reforço.

A resposta começa pela detecção e confirmação do foco. Em seguida, o ponto focal classifica a ocorrência conforme o nível de gravidade, mobiliza a equipe adequada e define a rota de acesso. No local, a equipe deve avaliar vento, combustível, topografia, presença de pessoas, proximidade de residências e possibilidade de propagação. Nenhum integrante deve atuar isoladamente.

Em eventos de pequeno porte, a equipe municipal pode realizar ataque inicial com abafadores, bombas costais e ferramentas, desde que haja segurança. Em eventos de maior intensidade, o Município deve acionar apoio externo e priorizar proteção da população e dos bens expostos. O rescaldo deve ocorrer após o controle aparente, verificando pontos quentes e risco de reigniçã.

O apoio à saúde deve ser previsto desde o início. Fumaça, desidratação, calor, queimaduras, quedas e exaustão podem afetar tanto moradores quanto equipes. A Secretaria de Saúde deve possuir fluxo de atendimento e pontos de hidratação, principalmente quando houver comunidades sob fumaça intensa ou equipes trabalhando por longos períodos.

Nível	Situação típica	Resposta mínima recomendada
0	Alerta preventivo, sem ocorrência confirmada.	Monitoramento, aviso preventivo e checagem de prontidão.

1	Pequeno foco controlável com estrutura municipal.	Deslocamento local, combate inicial, rescaldo e registro.
2	Propagação ampliada ou ameaça a áreas sensíveis.	Reforço logístico, proteção de estruturas e articulação setorial.
3	Emergência municipal, múltiplos focos ou risco à vida.	Sala de situação, comunicação ampla e solicitação de apoio externo.
4	Evento de alta complexidade ou repercussão regional.	Integração com Corpo de Bombeiros, SEMARH e demais órgãos estaduais.

Tabela 12 – Níveis de acionamento operacional

Fase	Ações principais	Produto esperado
Deteção	Receber comunicação, registrar localização e confirmar foco.	Ocorrência classificada.
Acionamento	Mobilizar equipe, equipamentos e apoio conforme nível.	Equipe em deslocamento.
Chegada ao local	Avaliar segurança, vento, risco a pessoas e rota de fuga.	Estratégia inicial definida.
Combate ou proteção	Atuar com segurança, proteger estruturas e acionar reforço se necessário.	Fogo controlado ou estabilizado.
Rescaldo	Eliminar pontos quentes e monitorar reignição.	Área segura para encerramento.
Registro	Preencher ROIF, fotos, coordenadas e danos.	Banco municipal atualizado.

Tabela 13 – Ações de resposta por fase da ocorrência

Quando houver risco à população, a decisão de evacuação preventiva deve considerar avanço do fogo, intensidade da fumaça, direção do vento, presença de crianças, idosos e pessoas com deficiência, além da existência de rota segura. A comunicação precisa ser clara, sem alarmismo, mas com firmeza.

14 MONITORAMENTO PÓS-EVENTO E RECUPERAÇÃO

O monitoramento pós-evento fecha o ciclo de gestão do PPCIF. Após o controle do fogo, a área deve ser vistoriada para verificar pontos quentes, risco de reignição, danos ambientais, danos materiais e necessidade de recuperação. O encerramento operacional não deve ocorrer apenas quando as chamadas desaparecem, mas quando a área apresenta segurança mínima e registro adequado.

A avaliação de danos deve identificar tipo de vegetação atingida, área estimada, exposição do solo, danos a cercas, roçados, estruturas, recursos hídricos, APPs e possíveis impactos sobre fauna. A equipe deve registrar fotos, coordenadas, croqui simples e causa provável.

Quando houver indícios de infração ambiental, o fato deve ser encaminhado aos canais competentes.

A recuperação ambiental dependerá da gravidade. Em áreas de baixa intensidade, a regeneração natural pode ser suficiente, desde que a área seja protegida contra novos distúrbios. Em áreas com solo exposto, erosão ou perda severa de vegetação, podem ser necessárias ações de contenção, cobertura morta, plantio de espécies nativas e acompanhamento técnico. O relatório pós-evento deve ser utilizado como ferramenta de aprendizagem. Ele deve indicar o que funcionou, quais recursos faltaram, onde houve demora, quais contatos foram efetivos, se a logística de água foi suficiente e que medidas preventivas devem ser adotadas no setor afetado antes da próxima temporada.

Indicador	Meta inicial sugerida
Ocorrências com registro preenchido	100% das ocorrências confirmadas ou atendidas.
Campanhas preventivas anuais	Mínimo de uma campanha municipal ampla e ações setoriais.
Capacitações antes da fase vermelha	Realizar capacitação ou reciclagem anual.
Atualização do inventário	Atualizar anualmente na Fase Verde.
Revisão do mapa de risco	Revisar a cada dois anos ou após evento severo.
Relatório anual consolidado	Emitir um relatório ao final de cada temporada crítica.

Tabela 14 – Indicadores e metas do PPCIF

Situação observada	Medida sugerida
Solo exposto e erosão inicial	Isolamento, cobertura morta e pequenas barreiras de contenção.
Perda de cobertura vegetal em área sensível	Condução da regeneração natural e plantio de nativas quando necessário.
Risco de reignição	Vistorias em 24 h, 48 h e 72 h, conforme gravidade.
Atingimento de APP ou recurso hídrico	Registro específico e comunicação ao órgão ambiental competente.
Danos a estruturas rurais	Orientação ao proprietário e registro para ações de defesa civil.

Tabela 15 – Roteiro de recuperação pós-incêndio

Vistoria, documentação e recomposição. Essas etapas devem ser tratadas como parte do Plano, e não como ação secundária. A recuperação ambiental também tem função preventiva. Áreas degradadas e com solo exposto podem favorecer erosão, perda de fertilidade, invasão por espécies oportunistas e aumento de material combustível desorganizado. A recomposição bem conduzida reduz vulnerabilidades futuras.

15. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A educação ambiental é componente transversal do PPCIF. Sua finalidade é transformar informação técnica em comportamento preventivo. Para isso, o Município deve trabalhar com escolas, comunidades, associações, igrejas, rádios, grupos de mensagem e reuniões presenciais. A população precisa compreender que incêndios florestais afetam saúde, economia, segurança e qualidade ambiental.

As ações educativas devem ser planejadas por público. Para crianças e adolescentes, recomenda-se linguagem visual, atividades práticas e associação com cuidado com a casa, escola e natureza. Para produtores rurais, o conteúdo deve enfatizar alternativas ao uso do fogo, aceiros, comunicação prévia e organização de resíduos. Para lideranças comunitárias, o foco deve ser alerta precoce e mobilização segura.

A participação social também auxilia no diagnóstico. Moradores conhecem áreas de queima recorrente, caminhos de difícil acesso, pontos de água, propriedades vulneráveis e práticas locais. Incorporar esse conhecimento ao Plano aumenta a precisão das ações e melhora a legitimidade das decisões.

A educação ambiental deve ser contínua. Campanhas pontuais são úteis, mas não bastam. O Município deve manter calendário anual, com reforço antes da fase vermelha, divulgação de contatos e retorno à comunidade após a temporada de incêndios, informando resultados, desafios e próximos passos. A comunicação social do PPCIF deve evitar linguagem excessivamente técnica quando dirigida ao público geral. O conteúdo pode ser técnico na origem, mas precisa ser traduzido em orientações práticas: não queimar lixo, não lançar pontas de cigarro, não limpar terreno com fogo, manter o entorno das residências organizado, avisar rapidamente ao perceber fumaça e proteger crianças, idosos e pessoas com problemas respiratórios.

O calendário educativo deve incluir pelo menos três momentos: sensibilização antes do período seco, reforço durante a fase vermelha e devolutiva após a temporada. A sensibilização prepara a população; o reforço mantém o tema ativo; e a devolutiva demonstra resultados, reconhece o apoio das comunidades e apresenta melhorias para o ciclo seguinte.

As escolas municipais são espaços estratégicos para continuidade. Professores podem trabalhar o tema em atividades de ciências, geografia, cidadania, saúde e meio ambiente. Estudantes podem produzir cartazes, mapas mentais, campanhas de rádio escolar, visitas orientadas e atividades de observação do entorno da comunidade. Essas ações formam uma cultura preventiva desde a infância.

Nas comunidades rurais, a participação deve ser construída com escuta. Antes de propor medidas, a equipe municipal deve compreender práticas locais, dificuldades de manejo, disponibilidade de mão de obra, existência de equipamentos, acesso à água e dinâmica produtiva. A prevenção será mais efetiva quando as alternativas apresentadas forem compatíveis com a realidade dos moradores.

A participação social também ajuda a legitimar a fiscalização. Quando a população entende o motivo das restrições ao uso do fogo, a ação fiscalizatória deixa de ser percebida apenas como punição e passa a ser compreendida como proteção coletiva. O equilíbrio entre orientação e responsabilização deve ser mantido durante todo o ciclo do PPCIF. A rede comunitária de alerta deve ser simples e atualizada. Cada setor operacional deve possuir contatos de referência, preferencialmente com mais de uma pessoa por localidade. Esses contatos devem saber o que comunicar: local, referência, intensidade da fumaça, proximidade de residências, direção aproximada do fogo e melhor acesso para a equipe municipal.

A comunicação preventiva deve ser reforçada em dias de risco elevado, especialmente quando houver calor intenso, baixa umidade relativa do ar e vento. Nessas situações, mensagens curtas e objetivas devem circular pelos canais da Prefeitura, escolas, agentes comunitários, lideranças rurais e demais meios disponíveis no município.

A educação ambiental e a participação social constituem, portanto, o elo entre o Plano escrito e a prática comunitária. Sem adesão local, as ações ficam restritas ao poder público; com adesão local, a prevenção ganha capilaridade e o tempo de detecção diminui.

A estratégia de comunicação deverá ser acompanhada por avaliação simples de efetividade. Ao final de cada campanha, a equipe municipal poderá registrar quantas comunidades foram alcançadas, quais canais foram utilizados, quantas pessoas

participaram das reuniões e quais dúvidas se repetiram. Essas informações ajudam a melhorar as próximas campanhas e permitem identificar temas que ainda não foram bem compreendidos pela população.

Também se recomenda que a gestão municipal produza materiais padronizados para uso recorrente, como cartazes, mensagens curtas, roteiro de reunião comunitária, lista de contatos emergenciais e modelo de apresentação para escolas. A padronização evita perda de tempo a cada novo ciclo e assegura que as informações transmitidas permaneçam coerentes com o PPCIF.

Em comunidades com maior incidência de uso do fogo, a abordagem deve ser reforçada com visitas presenciais e demonstrações práticas. A equipe técnica pode apresentar alternativas de limpeza manual, compostagem, cobertura do solo e aceiros simples, sempre relacionando a prática preventiva aos benefícios diretos para a propriedade e para a segurança da família.

A participação social deve ser documentada. Listas de presença, fotografias, atas resumidas e registros de encaminhamentos devem integrar o arquivo do PPCIF. Esses documentos demonstram a execução das ações preventivas, subsidiam relatórios anuais e fortalecem a transparência da política municipal de prevenção.

16 CRONOGRAMA ANUAL DE AÇÕES

O cronograma organiza as ações do PPCIF para o biênio de vigência do Plano, com início em junho de 2026 e encerramento em junho de 2028, quando deverá ocorrer a revisão bienal obrigatória. A estrutura observa a sazonalidade do risco por meio de três fases operacionais, aplicadas a cada ano do ciclo: a Fase Verde, entre janeiro e março, dedicada ao planejamento, à avaliação da temporada anterior, à atualização de contatos, à revisão de mapas e à organização do inventário; a Fase Amarela, entre abril e maio, concentrada em preparação, capacitações, vistorias, campanhas e manutenção de equipamentos; e a Fase Vermelha, entre junho e dezembro, que exige monitoramento intensivo, prevenção reforçada e resposta imediata às ocorrências. Como a vigência se inicia em junho de 2026, já dentro do período crítico, o primeiro ciclo concentra-se na implantação imediata do Plano

e na operação da temporada seca de 2026, aplicando-se o ciclo completo de fases a partir de 2027.

A adoção de fases permite que o Município não atue apenas de forma reativa. Quando a fase crítica chega, a equipe deve estar treinada, os pontos de água validados, os contatos atualizados, os equipamentos conferidos e as comunidades orientadas. A falta de preparação anterior aumenta custos, riscos e danos. Ao final de cada temporada, deve ser produzido relatório anual consolidado. Esse relatório deve apresentar ações realizadas, indicadores, ocorrências, setores mais afetados, dificuldades, recursos utilizados e recomendações para o ano seguinte. Essa rotina fortalece a continuidade do PPCIF e facilita a prestação de contas.

Período	Ação-chave	Observação
Junho a agosto de 2026	Implantar o PPCIF: aprovar e publicar o decreto municipal, designar o coordenador, apresentar publicamente o Plano e ativar o monitoramento intensivo.	Fase Vermelha – Ano I (início da vigência)
Agosto a dezembro de 2026	Executar vigilância, fiscalização preventiva, campanhas de alerta (Operação B-R-O BRÓ) e resposta a ocorrências, com registro em ROIF.	Fase Vermelha – Ano I
Dezembro de 2026 a janeiro de 2027	Consolidar os registros e elaborar o relatório da temporada 2026.	Transição Ano I/Ano II
Janeiro a março de 2027	Avaliar a temporada anterior e atualizar contatos, inventário, base cartográfica e áreas prioritárias.	Fase Verde – Ano II
Abril a maio de 2027	Realizar capacitações, simulados, vistorias preventivas, manutenção de equipamentos e limpeza de áreas críticas.	Fase Amarela – Ano II
Junho a dezembro de 2027	Manter monitoramento intensivo, campanhas educativas, fiscalização e resposta a ocorrências, com intensificação no período do B-R-O BRÓ.	Fase Vermelha – Ano II
Dezembro de 2027 a janeiro de 2028	Consolidar os registros e elaborar o relatório da temporada 2027.	Transição Ano II
Janeiro a maio de 2028	Avaliar o biênio, promover reciclagem das equipes e preparar a temporada seguinte (Fases Verde e Amarela).	Fases Verde e Amarela – Ano II
Junho de 2028	Realizar a revisão bienal obrigatória do PPCIF e aprovar a versão atualizada para o ciclo seguinte.	Encerramento do ciclo 2026–2028

Tabela 16 – Cronograma de ações do biênio de vigência (junho/2026 a junho/2028)

17. FICHAS OPERACIONAIS POR SETOR

As fichas setoriais detalham a aplicação territorial do PPCIF. Cada setor deve ser tratado como unidade de planejamento para prevenção, monitoramento, comunicação e resposta. A divisão em setores não cria fronteiras rígidas, mas facilita a distribuição de responsabilidades e a organização de prioridades.

As fichas devem ser revisadas com base em validação de campo, dados de ocorrências, conversas com lideranças e atualização do mapa de risco. O Município poderá ajustar limites, nomes ou prioridades sempre que novas informações demonstrarem necessidade de correção.

S1 – Noroeste

Caracterização operacional. Setor rural com ocupação dispersa que abrange o trecho da BR-343 no sentido de São Pedro do Piauí e do eixo Água Branca–Teresina, com necessidade de fortalecimento da comunicação comunitária. A prevenção deve priorizar reuniões com moradores, identificação de pontos de água, limpeza de margens e cadastro de lideranças.

Vulnerabilidades e fatores críticos. A principal vulnerabilidade é a demora na comunicação e no deslocamento. Pequenos focos podem se ampliar quando não são informados rapidamente. A rede de alerta deve ser reforçada por contatos locais e mensagens preventivas antes da fase vermelha.

Medidas prioritárias. Realizar vistorias na Fase Amarela, cadastrar lideranças, identificar rotas de acesso, orientar produtores e verificar pontos possíveis de apoio logístico.

Procedimentos recomendados. A equipe municipal deverá realizar visita preventiva antes da fase vermelha, atualizar contatos de referência, registrar condições de acesso, verificar existência de material combustível acumulado em áreas sensíveis e orientar moradores quanto aos canais de comunicação. O resultado da visita deverá ser incorporado ao banco municipal de informações do PPCIF.

Indicadores de acompanhamento. Para o setor, recomenda-se acompanhar número de vistorias realizadas, quantidade de moradores ou produtores orientados, pontos hídricos validados, ocorrências registradas, tempo médio de resposta e necessidade de intervenção

de infraestrutura. Esses indicadores devem ser avaliados anualmente pelo Comitê Municipal do PPCIF.

Elemento	Síntese operacional
Perfil do setor	Setor rural com ocupação dispersa que abrange o trecho da BR-343 no sentido de São Pedro do Piauí e do eixo Água Branca–Teresina, com necessidade de fortalecimento da comunicação comunitária. A prevenção deve priorizar reuniões com moradores, identificação de pontos de água, limpeza de margens e cadastro de lideranças.
Fator crítico	A principal vulnerabilidade é a demora na comunicação e no deslocamento. Pequenos focos podem se ampliar quando não são informados rapidamente. A rede de alerta deve ser reforçada por contatos locais e mensagens preventivas antes da fase vermelha.
Prioridade de gestão	Realizar vistorias na Fase Amarela, cadastrar lideranças, identificar rotas de acesso, orientar produtores e verificar pontos possíveis de apoio logístico.
Indicadores mínimos	Vistorias, contatos validados, ocorrências, pontos de água e tempo de resposta.

Tabela 17 – Ficha sintética do S1 – Noroeste

S2 – Centro-Oeste

Caracterização operacional. Setor de transição com influência da sede urbana e proximidade da divisa com Palmeirais. Apresenta importância estratégica por reunir circulação, moradias, áreas rurais e potencial de ignição antrópica, especialmente nas margens das vias vicinais e no entorno imediato da sede.

Vulnerabilidades e fatores críticos. A vulnerabilidade está associada à presença de pessoas, margens de via, terrenos próximos à sede e uso do fogo em limpeza. Por estar mais próximo da base principal, deve receber resposta rápida, mas também demanda prevenção permanente.

Medidas prioritárias. Priorizar roçagem seletiva, sinalização, educação ambiental, fiscalização preventiva e campanhas de comunicação voltadas a moradores e usuários da BR-343.

Procedimentos recomendados. A equipe municipal deverá realizar visita preventiva antes da fase vermelha, atualizar contatos de referência, registrar condições de acesso, verificar existência de material combustível acumulado em áreas sensíveis e orientar moradores quanto aos canais de comunicação. O resultado da visita deverá ser incorporado ao banco municipal de informações do PPCIF.

Indicadores de acompanhamento. Para o setor, recomenda-se acompanhar número de vistorias realizadas, quantidade de moradores ou produtores orientados, pontos hídricos validados, ocorrências registradas, tempo médio de resposta e necessidade de intervenção de infraestrutura. Esses indicadores devem ser avaliados anualmente pelo Comitê Municipal do PPCIF.

Elemento	Síntese operacional
Perfil do setor	Setor de transição com influência da sede urbana e proximidade da divisa com Palmeirais. Apresenta importância estratégica por reunir circulação, moradias, áreas rurais e potencial de ignição antrópica, especialmente nas margens das vias vicinais e no entorno imediato da sede.
Fator crítico	A vulnerabilidade está associada à presença de pessoas, margens de via, terrenos próximos à sede e uso do fogo em limpeza. Por estar mais próximo da base principal, deve receber resposta rápida, mas também demanda prevenção permanente.
Prioridade de gestão	Priorizar roçagem seletiva, sinalização, educação ambiental, fiscalização preventiva e campanhas de comunicação voltadas a moradores e usuários da BR-343.
Indicadores mínimos	Vistorias, contatos validados, ocorrências, pontos de água e tempo de resposta.

Tabela 18 – Ficha sintética do S2 – Centro-Oeste

S3 – Nordeste

Caracterização operacional. Setor que exige vigilância ampliada por apresentar áreas com potencial de continuidade de vegetação nativa e maior dificuldade operacional em parte do território, na porção de divisa com Santo Antônio dos Milagres e São Gonçalo do Piauí.

Vulnerabilidades e fatores críticos. O risco cresce quando a ignição ocorre em período de vento ou baixa umidade. A resposta pode exigir deslocamento mais longo e apoio logístico. A ausência de ponto hídrico validado aumenta a vulnerabilidade. Medidas prioritárias. Validar pontos hídricos, preparar contato comunitário, prever rota alternativa e intensificar monitoramento durante a fase vermelha.

Procedimentos recomendados. A equipe municipal deverá realizar visita preventiva antes da fase vermelha, atualizar contatos de referência, registrar condições de acesso, verificar existência de material combustível acumulado em áreas sensíveis e orientar moradores quanto aos canais de comunicação. O resultado da visita deverá ser incorporado ao banco municipal de informações do PPCIF.

Indicadores de acompanhamento. Para o setor, recomenda-se acompanhar número de vistorias realizadas, quantidade de moradores ou produtores orientados, pontos hídricos validados, ocorrências registradas, tempo médio de resposta e necessidade de intervenção de infraestrutura. Esses indicadores devem ser avaliados anualmente pelo Comitê Municipal do PPCIF.

Elemento	Síntese operacional
Perfil do setor	Setor que exige vigilância ampliada por apresentar áreas com potencial de continuidade de vegetação nativa e maior dificuldade operacional em parte do território, na porção de divisa com Santo Antônio dos Milagres e São Gonçalo do Piauí.
Fator crítico	O risco cresce quando a ignição ocorre em período de vento ou baixa umidade. A resposta pode exigir deslocamento mais longo e apoio logístico. A ausência de ponto hídrico validado aumenta a vulnerabilidade.
Prioridade de gestão	Validar pontos hídricos, preparar contato comunitário, prever rota alternativa e intensificar monitoramento durante a fase vermelha.
Indicadores mínimos	Vistorias, contatos validados, ocorrências, pontos de água e tempo de resposta.

Tabela 19 – Ficha sintética do S3 – Nordeste

S4 – Sudoeste

Caracterização operacional. Setor rural produtivo, característico da economia agropecuária de pequeno porte do Médio Parnaíba, abrangendo o corredor da BR-343 no trecho que segue no sentido de Amarante, com necessidade de diálogo permanente com proprietários e trabalhadores do campo. Vulnerabilidades e fatores críticos. As principais causas prováveis são limpeza de áreas, manejo agropecuário inadequado e queima de resíduos. O risco pode ser reduzido com alternativas práticas e pactuação preventiva.

Medidas prioritárias. Executar reuniões com produtores, orientar aceiros, mapear propriedades vulneráveis e registrar práticas de prevenção adotadas. Procedimentos recomendados. A equipe municipal deverá realizar visita preventiva antes da fase vermelha, atualizar contatos de referência, registrar condições de acesso, verificar existência de material combustível acumulado em áreas sensíveis e orientar moradores quanto aos canais de comunicação. O resultado da visita deverá ser incorporado ao banco municipal de informações do PPCIF.

Indicadores de acompanhamento. Para o setor, recomenda-se acompanhar número de vistorias realizadas, quantidade de moradores ou produtores orientados, pontos hídricos validados, ocorrências registradas, tempo médio de resposta e necessidade de intervenção de infraestrutura. Esses indicadores devem ser avaliados anualmente pelo Comitê Municipal do PPCIF.

Elemento	Síntese operacional
Perfil do setor	Setor rural produtivo, característico da economia agropecuária de pequeno porte do Médio Parnaíba, abrangendo o corredor da BR-343 no trecho que segue no sentido de Amarante, com necessidade de diálogo permanente com proprietários e trabalhadores do campo.
Fator crítico	As principais causas prováveis são limpeza de áreas, manejo agropecuário inadequado e queima de resíduos. O risco pode ser reduzido com alternativas práticas e pactuação preventiva.
Prioridade de gestão	Executar reuniões com produtores, orientar aceiros, mapear propriedades vulneráveis e registrar práticas de prevenção adotadas.
Indicadores mínimos	Vistorias, contatos validados, ocorrências, pontos de água e tempo de resposta.

Tabela 20 – Ficha sintética do S4 – Sudoeste

S5 – Centro-Sul

Caracterização operacional. Setor de transição com propriedades dispersas, acessos locais e áreas de vegetação em mosaico com usos produtivos.

Vulnerabilidades e fatores críticos. A vulnerabilidade está associada à propagação local e ao tempo de detecção. A ausência de comunicação rápida pode transformar ocorrências simples em eventos ampliados.

Medidas prioritárias. Aprimorar rede de contatos, identificar pontos de encontro, organizar apoio logístico e executar campanhas em comunidades do setor.

Procedimentos recomendados. A equipe municipal deverá realizar visita preventiva antes da fase vermelha, atualizar contatos de referência, registrar condições de acesso, verificar existência de material combustível acumulado em áreas sensíveis e orientar moradores quanto aos canais de comunicação. O resultado da visita deverá ser incorporado ao banco municipal de informações do PPCIF. Indicadores de acompanhamento. Para o setor, recomenda-se acompanhar número de vistorias realizadas, quantidade de moradores ou produtores orientados, pontos hídricos validados, ocorrências registradas, tempo médio de

resposta e necessidade de intervenção de infraestrutura. Esses indicadores devem ser avaliados anualmente pelo Comitê Municipal do PPCIF.

Elemento	Síntese operacional
Perfil do setor	Setor de transição com propriedades dispersas, acessos locais e áreas de vegetação em mosaico com usos produtivos.
Fator crítico	A vulnerabilidade está associada à propagação local e ao tempo de detecção. A ausência de comunicação rápida pode transformar ocorrências simples em eventos ampliados.
Prioridade de gestão	Aprimorar rede de contatos, identificar pontos de encontro, organizar apoio logístico e executar campanhas em comunidades do setor.
Indicadores mínimos	Vistorias, contatos validados, ocorrências, pontos de água e tempo de resposta.

Tabela 21 – Ficha sintética do S5 – Centro-Sul

S6 – Sudeste

Caracterização operacional. Setor prioritário para vigilância, apoio hídrico e resposta planejada, conforme interpretação qualitativa do risco municipal.

Vulnerabilidades e fatores críticos. A combinação entre distância operacional, continuidade de vegetação e necessidade de apoio hídrico torna o setor sensível. Deve receber atenção especial na fase de preparação.

Medidas prioritárias. Instalar ou validar ponto de apoio, confirmar disponibilidade de água, programar vistorias e estabelecer comunicação direta com moradores e produtores.

Procedimentos recomendados. A equipe municipal deverá realizar visita preventiva antes da fase vermelha, atualizar contatos de referência, registrar condições de acesso, verificar existência de material combustível acumulado em áreas sensíveis e orientar moradores quanto aos canais de comunicação. O resultado da visita deverá ser incorporado ao banco municipal de informações do PPCIF. Indicadores de acompanhamento. Para o setor, recomenda-se acompanhar número de vistorias realizadas, quantidade de moradores ou produtores orientados, pontos hídricos validados, ocorrências registradas, tempo médio de resposta e necessidade de intervenção de infraestrutura. Esses indicadores devem ser avaliados anualmente pelo Comitê Municipal do PPCIF.

Elemento	Síntese operacional
Perfil do setor	prioritário para vigilância, apoio hídrico e resposta planejada, conforme interpretação qualitativa do risco municipal.
Fator crítico	relação entre distância operacional, continuidade de vegetação e necessidade de apoio hídrico para o setor sensível. Deve receber atenção especial na fase de preparação.
Prioridade de gestão	avaliar ou validar ponto de apoio, confirmar disponibilidade de água, programar vistorias e estabelecer comunicação direta com moradores e produtores.
Indicadores mínimos	Vistorias, contatos validados, ocorrências, pontos de água e tempo de resposta.

Tabela 22 – Ficha sintética do S6 – Sudeste

18. INSTRUMENTOS OPERACIONAIS COMPLEMENTARES

Os instrumentos operacionais complementares são modelos de apoio à execução do PPCIF. Eles devem ser adaptados pela gestão municipal, preenchidos conforme a realidade local e mantidos em versão impressa e digital. O objetivo é padronizar informações e reduzir perda de dados importantes durante o ciclo de prevenção e resposta. O uso de formulários simples permite consolidar histórico municipal. Municípios que registram bem suas ocorrências conseguem identificar padrões, justificar investimentos, demonstrar ações executadas e revisar o mapa de risco com maior precisão. A padronização também facilita o envio de informações a órgãos estaduais quando necessário.

18.1 Minuta de Decreto Municipal

DECRETO Nº _____/2026.

Aprova o Plano Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – PPCIF do Município de Angical do Piauí, institui diretrizes para sua execução e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Angical do Piauí, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de prevenir, monitorar e combater incêndios florestais e queimadas irregulares no território municipal, considerando a legislação ambiental, a política de proteção e defesa civil e as

diretrizes estaduais aplicáveis, decreta: fica aprovado o PPCIF do Município de Angical do Piauí, com abrangência em todo o território municipal e vigência sujeita a revisão periódica.

A coordenação geral do PPCIF caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em articulação com a Defesa Civil Municipal e demais órgãos integrantes da administração pública. O Município poderá instituir Comitê Municipal do PPCIF, com participação de setores públicos e representantes comunitários, para acompanhar a execução do Plano e propor atualizações.

O PPCIF deverá ser revisto, no mínimo, a cada dois anos, sem prejuízo de atualizações extraordinárias motivadas por alteração territorial, normativa, institucional ou ocorrência de evento severo. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

18.2 Registro de Ocorrência de Incêndio Florestal

Campo	Descrição/Preenchimento
Número da ocorrência	Sequencial anual.
Data e hora	Registrar data e horário da comunicação e da resposta.
Localidade e setor	Informar comunidade, ponto de referência e setor operacional.
Coordenadas	Registrar latitude e longitude sempre que possível.
Causa provável	Limpeza, resíduo, margem de via, agropecuária, acidental, natural ou indeterminada.
Área estimada atingida	Registrar em hectares ou estimativa qualitativa.
Danos observados	Vegetação, solo, fauna, cercas, moradias, saúde, mobilidade e infraestrutura.
Recursos mobilizados	Equipe, veículos, ferramentas, pontos de água e parceiros acionados.
Encerramento	Informar controle, rescaldo, reigitação e recomendações.

Tabela 23 – Campos essenciais do ROIF

18.3 Checklist de vistoria preventiva

Item a verificar	Condição/Observação
Material combustível acumulado em margem de via ou entorno de residência	
Existência de faixa limpa ou aceiro simples	
Proximidade de vegetação contínua	
Acesso para caminhonete, caminhão-pipa ou máquina	
Ponto hídrico próximo e disponível	
Sinais de queima recente ou descarte irregular	
Contato de liderança local validado	
Necessidade de orientação, fiscalização ou intervenção de obras	

Tabela 24 – Checklist de vistoria preventiva

18.4 Modelo de relatório anual consolidado

- Apresentação do período avaliado e responsáveis pela consolidação;
- Resumo das ações preventivas realizadas, com datas, locais e públicos atendidos;
- Descrição das capacitações, simulados e reuniões de governança;
- Quantidade e localização das ocorrências registradas;
- Estimativa de áreas atingidas e danos observados;
- Recursos mobilizados, dificuldades encontradas e lacunas identificadas;
- Avaliação dos indicadores e metas do PPCIF;
- Recomendações para o ciclo seguinte e necessidade de atualização do Plano.

19. AVALIAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

A melhoria contínua é indispensável para que o PPCIF permaneça útil ao longo do tempo. O risco de incêndios florestais é dinâmico: muda com o regime de chuvas, com o uso do solo, com a abertura de acessos, com a expansão de ocupações, com a disponibilidade de equipamentos e com o comportamento das comunidades. Por isso, o Plano deve ser revisado periodicamente e atualizado sempre que a realidade exigir.

A avaliação anual deve verificar se as ações previstas foram executadas, se os recursos estavam disponíveis, se os contatos funcionaram, se as campanhas alcançaram o público esperado, se os pontos de água estavam operacionais e se os mapas continuam representando a realidade. A revisão bienal deve consolidar essas avaliações e produzir uma versão atualizada do PPCIF.

Indicadores simples ajudam a transformar percepção em evidência. Número de ocorrências, tempo de resposta, áreas atingidas, pessoas capacitadas, comunidades atendidas, vistorias preventivas, equipamentos adquiridos, pontos hídricos validados e relatórios emitidos são exemplos de indicadores adequados ao contexto municipal.

A gestão municipal deve evitar que o PPCIF seja tratado como documento de gaveta. Ele precisa orientar o orçamento, a agenda de capacitação, a comunicação pública, a articulação com órgãos estaduais e a rotina de campo. A cada ano, o Município deve ser

capaz de responder: o que foi feito, onde foi feito, qual resultado foi obtido e o que precisa melhorar.

A atualização cartográfica é uma prioridade. Os mapas elaborados com base na malha municipal oficial do IBGE, na localização real da sede e no eixo indicativo da BR-343 representam avanço importante. Em novas revisões, recomenda-se incorporar camadas de comunidades, unidades de saúde, escolas, pontos de água validados, áreas queimadas, propriedades públicas, rotas de acesso e limites de áreas ambientalmente sensíveis.

A institucionalização do relatório anual fortalece a memória técnica do Município. Mesmo que a equipe mude, os registros permanecem. Essa continuidade é essencial para políticas públicas de prevenção, especialmente em temas que dependem de experiência acumulada e conhecimento territorial.

20. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E INSTITUCIONAIS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Lei de Crimes Ambientais.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Proteção da vegetação nativa.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

BRASIL. Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024. Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

PIAUÍ. Decreto Estadual nº 24.513/2026. Regulamenta o Plano Estadual de Ações Integradas de Prevenção, Controle e Combate aos Incêndios Florestais do Piauí – PAIF-PI.

IBGE. Cidades e Estados: Angical do Piauí – PI (código 2200608). Dados territoriais e demográficos: área territorial de 222,023 km² (2025); população de 6.827 habitantes (Censo 2022); densidade demográfica de 30,75 hab/km².

INPE. BDQueimadas – Banco de Dados de Queimadas. Plataforma de apoio ao monitoramento de focos de calor.

IBAMA/PREVFOGO. Materiais orientativos e metodológicos para prevenção e combate a incêndios florestais.

SEMARH/PI. Orientações e materiais institucionais relativos ao manejo do fogo, monitoramento ambiental e prevenção de incêndios florestais.

Bases cartográficas de referência para elaboração do PPCIF: malha municipal oficial do IBGE (limite municipal e localização da sede urbana de Angical do Piauí) e base rodoviária do DER-PI (traçado da BR-343).

21. ASSINATURAS

BRUNO FERREIRA SOBRINHO NETO

Prefeito Municipal

FRANCISCO DE ASSIS ALVES DA SILVA

Técnico em Meio Ambiente e Tecnólogo em Gestão Ambiental – CREA/PI nº. 19238557606

Chefe da Brigada Municipal de Angical do Piauí

Secretário de Meio Ambiente de Angical do Piauí

Coordenador do PPCIF - Responsável técnico pela elaboração

JESSÉ MARTINS DOS SANTOS SILVA

Técnico da SEMMA e Engenheiro Agrônomo - CREA/PI Nº. 1912385465